

**A VOZ DO DONO  
(UMA ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES FEITAS NOS ANÚNCIOS DE  
JORNAL DOS ESCRAVOS FUGIDOS NO OESTE PAULISTA  
ENTRE 1870-1876) \***

Ana Josefina FERRARI

**RESUMO** *Procuramos, nesta pesquisa, fazer uma análise Semântico-Discursiva dos processos de designação que possibilitam a construção da referência para o nome escravo entre os anos 1870 e 1876.*

*Nosso corpus se constitui, basicamente, de anúncios de fuga de escravos que foram publicados nos jornais de Campinas durante o período acima mencionado. Nossa análise centrar-se-á nas descrições que esses anúncios apresentam.*

*O nosso objetivo se sustenta na hipótese de que é no discurso do senhor de escravos, publicado nos anúncios de jornal, que aparece uma imagem pública individualizada e singular do escravo. Na materialidade desses anúncios, processos de designação funcionam discursivamente como dispositivo de enunciação que estrutura um espaço de subjetivação onde o escravo é constituído como sujeito singular.*

**SUMMARY** *We looked for, in this research, to do a Discursiv-Semantics of the Designation process that make able the construction of the reference to the slave name between the years 1870 and 1876.*

*Our corpus is made, basically, with slaves escape advertisements that werw published in newspapers of Campinas during the time above mentioned. Our analysis is centred in the descriptions wich those adds show.*

*Our objective is supported in the hypothesis of the speechs that werw maded by the proprietors of the slaves and published in the newspapers adds that shows an individuality and singular public image of the slaves. In this materiality of those adds, the process of the designation work discursively as dispositive of enunciation*

---

\* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, no dia 02 de julho de 2001, sob a orientação da Profª. Drª. Mônica Graciela Zoppi-Fontana.

that structures a place of subjection where the slave is made as a singular subject.

## INTRODUÇÃO

A dissertação que apresentamos aqui de forma resumida consiste em uma análise dos anúncios de fuga de escravos publicados na cidade de Campinas entre 1870 e 1880. O *corpus* da mesma está composto por anúncios publicados especificamente no jornal "Gazeta de Campinas" o qual era um dos mais importantes jornais distribuídos na cidade na época e o jornal que tinha maior quantidade de anúncios de fuga, em comparação com os outros jornais.

Além dos anúncios de fuga de escravos utilizamos, nesta pesquisa, anúncios de desaparecimento de animais publicados no mesmo jornal e no mesmo período visando fazer uma análise da utilização de verbos nos anúncios, considerando que ambos os tipos fazem parte de um mesmo espaço discursivo<sup>1</sup>. Isto contribuiu para a nossa compreensão do discurso sobre o escravo.

Os códigos de postura das cidades de Campinas, Araçareguama e São Simão também formaram parte do nosso *corpus* pretendendo-se, através deles, observar a distribuição do espaço na cidade e, a partir dele, observar o lugar ocupado pelo escravo na cidade e na sociedade.

Finalmente, utilizamos um dos dicionários de Português que foram publicados na época: "Dicionário da Língua Portuguesa" de Faria, publicado em 1859.

### 1. O GESTO DA FUGA

Quando um escravo fugia de uma fazenda ou casa, seu dono recorria ao jornal para anunciar sua fuga e oferecer uma recompensa àquele que o devolvesse. A procura dos chamados "fujões" era geralmente realizada pelos "capitães do mato" definidos por Bernardino José de Sousa (1939)<sup>2</sup> como, *os chefes de tropilhas que andavam a caçar e pegar nos matos ou mocambos os negros fugidos das senzalas*.

O exército também realizava essas tarefas. Com o crescimento econômico, os escravos preferem fugir para as cidades, geralmente para casas de escravos libertos ou de abolicionistas. Desse modo, os capitães do mato perdem, significativamente, sua efetividade nas capturas. Nessa redistribuição dos espaços da cidade e do campo

---

<sup>1</sup> Tomamos a definição dada por Maingueneau de espaço discursivo. Para o autor esse: "delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantém relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados"(Maingueneau 1997:117)

<sup>2</sup> SOUSA, B. J. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1939.

surgem pessoas que, de modo independente, ocupam o lugar dos capitães do mato. Eram escravos forros<sup>3</sup> ou pobres livres na procura de sustento. Assim, essa prática toma outra relevância a partir do último quartel do Sec. XIX. Por um lado, os anúncios aparecem com maior frequência e, por outro lado, o momento político dá-lhes outra dimensão.

A maior frequência nas publicações é dada por uma confluência de vários fatores. Após a Guerra do Paraguai, o exército, que até o momento realizava serviços para os donos de escravos, como por exemplo procurar escravos fugidos, se nega a efetivar essas tarefas por considerá-las *pouco dignas aos salvadores da nação* (Schwarcz, 1987). As idéias republicanas, que procuram um ideal de nação nos moldes europeus, também colaboraram para que o apoio aos donos de escravos não seja dado de forma incondicional como em tempos anteriores.

Com esse pano de fundo analisamos a publicação dos anúncios de fuga de escravos.

O anúncio surge como reação do dono a fuga do escravo. O dono, ao perceber a fuga, recorre ao jornal e descreve o escravo com detalhes de tipo físico, moral e intelectual. Descobrem-se, através dessas descrições, estruturas sociais dentro da comunidade escrava explicitamente relatadas pelos donos. Podemos observar essas características no seguinte anúncio,

**Escravos fugidos**

Fugiram no dia 20 para 21 do corrente, da fazenda denominada Areia Branca, districto do Amparo, 63 escravos seguintes: João, de idade mais ou menos 35 annos, crioulo, côr bem preta, olhos grandes, buço pequeno, pouca barba, no queixo, sem dentes no queixo superior, falla bem explicita, nariz chato, rosto comprido, fino de corpo e muito activo.

Thomasia, de idade mais ou menos 32 annos, estatura regular, natural da Bahia, côr fula, boa dentadura e muito risonha. Catharina natural da Bahia, idade mais ou menos 20 annos, aultura e corpo regular, côr fula, testa grande nariz chato, boa dentadura, buços grandes, acarranhada. Estas duas escravas levaram consigo, cada uma, sua mala de roupa, e andam todos juntos; no dia da fuga, foram vistos a duas leguas de distancia na estrada que vem para Campinas. Quem dos mesmos der noticia ou os apprehender e entregar na mesma fazenda ou em Campinas a Manoel Joaquim Duarte Rezende, receberá 200\$000 de gratificação.

3-1

### Escravos fugidos

Fugiram no dia 20 para 21 do corrente, da fazenda denominada Areia Branca, districto do Amparo, os escravos seguintes: João, de idade mais ou menos 35 annos, crioulo, côr bem preta, olhos grandes, buço pequeno, pouca barba, no queixo, sem dentes no queixo superior, falla bem explicita, nariz chato, rosto comprido, fino de corpo e muito activo.

Thomasia, de idade mais ou menos 32 annos, estatura regular, natural da Bahia, côr fula, boa dentadura e muito risonha. Catharina natural da Bahia, idade mais ou menos 20 annos, aultura e corpo regular, côr fula, testa grade nariz chato, boa dentadura, e andam todos juntos; no dia da fuga, foram vistos a duas leguas de distancia na estrada que vem para Campinas. Quem dos mesmos der noticia ou os apprehender e entregar na mesma fazenda ou em Campinas a Manoel Joaquim Duarte Rezende, receberá 200\$000 de gratificação. 3-1

<sup>3</sup> Chama-se escravo forro ao escravo alforriado.

A fuga do escravo provoca essa escrita. É a escrita do dono que reclama o escravo. A fuga do escravo se constitui em gesto que se inscreve no simbólico provocando uma escrita. Essa escrita é o anúncio de fuga. O escravo não tem um lugar de enunciação enquanto sujeito público, legítimo, da sociedade escravocrata. Sua fala é doméstica, não aparece, não conta, e quando aparece é traduzida pelo senhor nos atos em que se estabelece uma relação com o Estado<sup>4</sup>. O escravo não tem um espaço legítimo de enunciação porque ele não é considerado pela lei como sujeito de direito senão como objeto de direito. O escravo fica reduzido ao silêncio, ao silêncio político<sup>5</sup>, mas ele significa através de outros atos simbólicos<sup>6</sup>. A fuga é um desses atos simbólicos, significa enquanto gesto. Enquanto ato simbólico se inscreve no real produzindo sentido e efeitos. O gesto de fuga provoca uma escrita, uma fala na qual o escravo é dito, e não só dito mas ganha corpo e figura.

A fuga, o ato da fuga se constitui enquanto gesto, produzirá sentidos, significará, se entrecruzará com discursos como o da imprensa conservadora ou da imprensa abolicionista, com o discurso do código e o da lei, com o discurso literário. Esse entrecruzamento resultará na emergência do escravo enquanto sujeito da sociedade escravocrata e já não como objeto utilizado como ferramenta para realizar certas tarefas ou como capital cativo.

Esse gesto, o da fuga, faz com que o dono de escravos produza uma escrita sobre o escravo fugido. Assim, ao descrevê-lo, dá corpo, in-corpora o escravo de forma singular dando-lhe uma dimensão outra: a de sujeito. O escravo aparece nesses anúncios produzidos deste modo, como sujeito e não como objeto. Ele será um sujeito histórico a partir da escrita que é provocada pelo seu silêncio.

## 2. QUESTÕES TEÓRICAS

### 2.1. Dos nomes próprios

No presente ponto, trabalharemos o conceito de Nome Próprio a partir de uma perspectiva histórica, visando, através desse seguimento, observar o tratamento dado ao conceito por diferentes autores (Frege 1892, Searle 1981, Ducrot 1984,

---

<sup>4</sup> ZATTAR, N. *Os Sentidos de Liberdade dos Escravos na Constituição do Sujeito de Enunciação Sustentada pelo Instrumento da Alforria*. Tese de Mestrado Unicamp-IEL. Dep. de Lingüística 2000.

<sup>5</sup> RANCIERE, J. "O Dissenso" In Moraes Adauto, *A Crítica da razão* Ed. Cia das Letras, Brasil, 1999 (op.cit. :372) O autor define política como: "o conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, (...) não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável".

<sup>6</sup> Consideramos aqui a posição da Análise do Discurso de Escola Francesa, Pecheux (1975), Orlandi (1996, 1997,1999) que o sujeito significa e se constitui enquanto tal, fundamentalmente na e pela linguagem, ato simbólico.

Guimarães 1995, 1999, Dias 1995, Pêcheux 1975, Zoppi-Fontana 1997) e, assim, esclarecer pontos que nos ajudem a definir o conceito de Nome Próprio e sua relação com a descrição, entrando no problema da referência presente no nosso corpus.

Para Frege (1892) o nome próprio tem uma referência (obrigatória no caso da ciência) no mundo perceptível. Frege diz que há uma conexão regular entre signo, sentido e referência. Para um signo há um sentido e uma referência possíveis. Esse fato se dá porque, para Frege, a relação do signo (nome próprio) com o mundo é mediada pelo sentido<sup>7</sup>. Essa relação tem a particularidade de que para uma referência pode haver vários nomes (a estrela da manhã e a estrela da tarde) e um sentido unindo o nome com a referência, ou seja, a um mesmo objeto no mundo podem corresponder vários nomes próprios<sup>8</sup> e vários sentidos.

A importância, do ponto de vista pragmático, dos nomes próprios, reside no fato deles nos darem as condições de possibilidade para a referência dos objetos. Eles não se constituem como descrições, eles são, para Searle, cabides, dos quais pendem as descrições (Searle; 1981: 227). Ele afirma que o nome próprio dá as condições de futuras predicacões ao nome.

Ducrot (1984), convida-nos a refletir sobre a referência como sendo constituída por todos aqueles enunciados que, direta ou indiretamente, vão descrevendo o objeto ou mundo, já que esses elementos orientam para aquilo que não é o dizer.

O autor introduz a ambigüidade do referente. Ele diz que o referente é ambíguo porque, por um lado, ele deve ser exterior ao discurso e, por outro, fica inscrito nele. Assim, essa ambigüidade residiria no fato de haver dois sentidos e uma relação com o enunciado. O referente, então, aparece como indizível já que não pode ser dito por outro discurso que não seja o próprio. O discurso teria a necessidade de admitir que no mesmo dizer há um indizível que emerge, o seu referente.

O referente de um nome está no âmbito do discursivo, num conjunto de enunciados que tem um sentido<sup>9</sup>. A referência aponta para aquilo que não é o dizer.

De acordo com essa posição, as palavras não designariam coisas do/no mundo, mas sim no tecido de discursos existentes, pois é neles que se encontram os referentes para os nomes. Assim, a relação de designação sofre, novamente, um deslocamento para fora do mundo objetivo.

Zoppi (1997) define processos de designação como:

(...) relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis. (Zoppi, 1997:2)

---

<sup>7</sup> Para Frege, o sentido do nome próprio é o modo de apresentação do objeto.

<sup>8</sup> Frege afirma, quando dá o exemplo do triângulo, que: *la referencia de las expresiones "el punto de intersección de a y b" y "el punto de intersección de b y c" sería ciertamente la misma* (op.cit.53) logo o sentido que une signo e referência varia em cada um dos casos.

<sup>9</sup> O conceito de sentido em Ducrot é diferente do de Frege. Para Ducrot (1984) o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação.

Guimarães afirma que a constituição do objeto se dá por uma “relação de discursos”, exposta à diferença. Desse modo, a relação de designação entre a linguagem e o objeto será instável.

Segundo o autor a designação estaria composta tanto pelo ato de nomear como pelo de referir. Ela se encontrará movimentada sempre por cada referência a cada momento. O processo de designação, então, teria momentos diferentes, a saber: a nomeação, na qual se enuncia a existência de algo, dando-lhe um nome e onde se estabelece a relação entre o nome e a coisa; e a referência, que é a enunciação de um objeto através de um nome próprio. Esse processo se funda na memória de enunciações anteriores, por exemplo, a nomeação.

Há uma história de enunciações por trás de uma enunciação.

A referência é, portanto, um efeito de sentido produzido pela inscrição do interdiscurso como espaço de memória no acontecimento enunciativo (Guimarães; 1995)

Para nós, a referência se constrói na relação do já dito com o não dito, efeito de sentido produzido de modo específico. As condições de possibilidade da existência dela estariam nesse interstício, nesse espaço, no qual os processos de referenciação têm lugar para a construção discursiva do objeto de referência.

No nosso *corpus* encontramos o funcionamento que será descrito a continuação. No anúncio observa-se a seqüência: Fugiu o escravo José. Portanto, José é “aquele que fugiu”. Mas isso não é suficiente para nos levar até ele. Existem muitos Josés que são escravos e que fogem. O nome próprio, nesse caso, não consegue estar totalmente determinado, não consegue se referir a um objeto único no mundo sensivelmente perceptível. Se somente no sentido do nome se encontrassem todas as características do ser que estamos nomeando, então não seria necessária a descrição posterior para saturar o processo de identificação que permite a relação de referência. Só o nome bastaria para saturá-lo. Mas não é o observado, a individuação não esgota esse processo. Por tal motivo, torna-se necessária uma descrição posterior que singularize o escravo, já individualizado, produzindo-se, assim, a saturação. O nome é determinado dentro da realidade do discurso no qual se encontra e esse discurso é uma descrição posterior que o determina. O nome genérico, nesse caso escravo, encontra-se determinado pelo nome próprio José que o atualiza parcialmente. São necessárias outras estruturas para poder determiná-lo. Ante a nossa proposição inicial: José é aquele escravo que fugiu, nos perguntamos ainda: Quem é o escravo José?. A resposta está no anúncio: O escravo José é aquele que tem os seguintes sinais. Nesse caso, a linguagem se apresenta como suporte material para a formação da referência desse ser particular do qual estamos falando.

O nome próprio não basta para diferenciar um ser, ele precisa, no nosso caso, de uma descrição subsidiária que o complete e sem a qual seu sentido é incompleto. O que o nome significa tem a ver com a determinação do mesmo.

## 2.2. Da Determinação

No presente capítulo, temos por objetivo observar o funcionamento da determinação. Para tal, faremos um percurso pelos diferentes autores que, no quadro teórico da Análise do Discurso, trabalham o problema da determinação. Esses autores são, Pêcheux (1975); Henry (1975); Haroche (1992); Payer (1995); Indursky (1997); Zoppi (1997).

Pêcheux (1975), chega à noção de determinação, partindo do estudo das relativas determinativas, tipo de oração que traduz, formalmente, o efeito de sentido que se provoca na articulação entre o discursivo e o lingüístico. Portanto, a determinação se dá em forma de processos sucessivos que se aplicam ao nome para determiná-lo.

O autor supõe a formação do nome próprio como composto por nome e sobrenome. Existe, para ele, um sujeito religioso, evidenciado pelo nome, e um sujeito jurídico estabelecido pelo sobrenome. Percebemos, no nosso *corpus*, que tais processos se mostram de modo diferente. O escravo, no período estudado, era batizado na igreja e recebia um nome, simplesmente um nome de pia: José, Honório, Benedita. Nesse ato, ele era constituído como sujeito religioso, pois ele se tornava filho de Deus, um ser humano. O escravo é só constituído como sujeito religioso e não como sujeito jurídico com sobrenome. A constituição do escravo como sujeito jurídico acontece só após a alforria ou após a libertação dos escravos em 1898. Esse nome de pia resulta insuficiente para determinar o ser que é descrito. Existem vários escravos que levam o mesmo nome, motivo pelo qual não é possível singularizar o escravo simplesmente pelo seu nome de batismo, para reconhecê-lo como sujeito singular fazem-se necessárias outras estruturas para poder singularizar o escravo. Essas estruturas estão dadas, no nosso *corpus*, pelas descrições feitas do escravo fugido, e pelo curto relato feito sobre sua fuga.

Henry (1975) é outro dos autores que trabalham o problema da determinação. Ele começa sua análise com a distinção de dois tipos de proposições que provocam ou geram efeitos diferentes. Elas são as relativas restritivas e as relativas explicativas. Essa classificação em dois tipos de orações relativas, na verdade, encobre uma dupla interpretação antagônica a respeito da determinação. Por sua vez essas duas concepções correspondem a idéias contraditórias da relação do mundo do discurso com o mundo do pensamento. A passagem de objeto do discurso para objeto exterior ao discurso não está dada só por uma característica intrínseca a certas categorias ou pelos mecanismos sintáticos exclusivamente, mas se centra, principalmente, na capacidade de substituíbilidade de uma unidade. A determinação é dada por uma ação simultânea de efeitos sintáticos e semânticos. Pêcheux afirma que o nome próprio será o máximo determinado pelo religioso e pelo jurídico, pensando, ao fazer esta afirmação, em sujeitos de direito, especificamente a forma-sujeito sobre a qual trabalhará para definir os processos de constituição do sujeito.

De acordo com Ducrot, a função referencial deve ser tomada como, *uma função global repartida por todo o enunciado* (Ducrot; 1980:437)

Desse modo, temos a determinação como processo de formação da referência que atua no enunciado global, como afirma Ducrot, e linearmente ou sucessivamente, como afirma Pêcheux. Isso nos leva a reconsiderar o papel do SN como um lugar privilegiado para a ocorrência desse processo, não descartando o fato de que em outros ambientes exista. No nosso caso particular, essas afirmações nos dão lugar a concluir que o processo de determinação das relações de referência começa no verbo e não no Nome. Esse fenômeno é propiciado pelas características sintáticas do verbo, pois ele organiza a estrutura da sentença. O verbo fugir é monoargumental e se caracteriza por pospor o sujeito. Entre o verbo e o SN, observamos Sintagmas Preposicionais (doravante S Prep.) que participam na individualização do SN posposto.

O verbo determina o S Prep. e, logo depois, o SN= o escravo X. Utilizando a paráfrase:

O escravo X fugiu de dono Y.

Mas essas determinações se tornam evidentemente insuficientes para o objetivo do anúncio, achar o escravo. Portanto surge como necessidade completar o SN. O objeto de referência construído pelo processo de designação e determinação, o escravo, se individualiza primeiramente e depois se singulariza com a descrição. O processo de designação e de determinação, agindo sobre as diversas estruturas da língua, constituem a base material para um processo discursivo que consiste na subjetivação do escravo. Esse processo de subjetivação nos anúncios de fuga se dá através do funcionamento da determinação e especificamente da descrição, suporte material para produzir dois movimentos de identificação: individuação e singularização.

As saturações do nome apontam especificamente a singularização do sujeito, apontam a aparição do escravo enquanto sujeito singular. Tal aparição será relevante, até indispensável, para a instituição dele como sujeito de direito, sendo que até o momento ele só se constituía como objeto de direito. Tal processo, o de instituir o escravo como sujeito de direito, se dará a posteriori com a liberação dos escravos.

Observamos, pois, como esses processos sintático-semântico-discursivos evidenciam um processo que está se forjando a nível social. Evidenciam uma face de transição político-econômico-social que terá seu ponto culminante na declaração da liberdade dos escravos.

### 3.3. Da descrição

Para realizar a análise das descrições dos anúncios, diversas perspectivas foram observadas. Em geral, quase todas elas propunham a descrição como modo particular de organização textual juntamente com a narrativa e a dissertação. Assim, as técnicas de elaboração de textos descritivos, como também sua relação com a percepção eram tomadas como dados constitutivos desse tipo de textos. (Véasse Filinich 1995, Gramatic 1995, Castro 1988, Koch 1987).



No nosso trabalho, tomamos a descrição como um modo de enunciação, já não distante da narrativa ou diferente ou inferior dela, como propõe Genette (1966) apud Orlandi (1989), senão como um funcionamento enunciativo-discursivo.

Dessa perspectiva, a autora afirma que a descrição é de natureza contemplativa e não participativa, ela anuncia o acontecimento. A partir dela, instaura-se uma ordem funcional e temporal, dando a possibilidade de colocar a cena em qualquer tempo. A descrição se dá como uma relação entre signo e língua. Para a autora, a descrição não é uma enumeração arbitrária de coisas no mundo, nela se constitui uma relação de interlocução que se regula e se objetiva pela situação discursiva na qual se produz.

Pode ser atribuída à descrição, além desses, outros funcionamentos. O funcionamento discursivo da descrição consiste, em alguns momentos, no preenchimento do lugar vazio do referente e na fixação das relações de referência, sendo que a referência se fixa numa relação do enunciado com o acontecimento enunciativo e, através do acontecimento, com o interdiscurso.

A descrição é, portanto, um funcionamento discursivo no qual se constrói um referente, no nosso caso, o referente escravo. Dessa perspectiva, pode-se caracterizar a descrição enquanto processo de referenciação que relaciona o interdiscurso e o intradiscorso de modo particular. No intradiscorso se constrói o objeto de referência, ele dá os indícios do grau de determinação do objeto de referência, ligado ao efeito de pré-construído. O grau de saturação do nome está dado pelos adjetivos e predicções fornecidas ao nome próprio, sendo que no nome não se encontra a totalidade das informações para saturar o referente.

Assim, teremos que o crioulo José, que é pardo, baixo, com os cabelos grenhos e quase vermelhos, cara fina e alegre, que fala muito e é ladino, e “tem 14 anos de idade e tem um pê saído mais para fora”, é diferente de José, que é pequeno, de feições miúdas, nariz chato, fala grossa e 20 e poucos anos de idade. O que dá também a diferença entre os dois é que um José fugiu em 15/05/1872 e o outro em 22/07/1872, que um pertencia a Ildefonso Antonio de Moraes e o outro a Querubin Uriel Ribeiro de Camargo e Castro.

A necessidade duma descrição que preencha o lugar vazio da referência saturando o referente, evidencia um processo de subjetivação, que tem como suporte material a descrição como tipo discursivo. Esse processo de subjetivação tem como funcionamento definidor um processo de singularização do sujeito que age no intradiscorso. A série de processos que agem no intradiscursivo podem ser considerados como sintoma do início da passagem da posição do escravo de objeto, para a de sujeito na sociedade Campineira do Sec. XIX.

No interdiscurso não há uma determinação muito forte, embora nele se dê parte da saturação do referente. Na relação entre o intra e interdiscurso, a saturação do referente se leva a cabo numa relação de sobredeterminação.

Dessa maneira, o intradiscorso das descrições dos anúncios de fuga dá os indícios do grau de saturação do referente no interdiscurso, dado pelo discurso da

lei, dentre outros. No intradiscurso, não só encontraremos esses indícios, mas também um processo outro que se efetiva, o de singularização. O processo de singularização do escravo está dado, principalmente, pela descrição que não comporta só adjetivos que vão constituindo a imagem do escravo enquanto imagem única, diferente de todas as outras, mas também faz referência às relações que ele estabelece com outros indivíduos, a lugares por onde ele circula, a modos particulares de agir e de falar. A diferença da imagem de um escravo particular se daria pela combinatória particular de adjetivos, principalmente, que não se repete em dois seres do mesmo modo.

## **Capítulo 4: OS ANÚNCIOS NA SUA MATERIALIDADE**

### **4.2. A composição**

Esses anúncios podem ser divididos em partes diferentes, a saber: a primeira, na qual se anuncia a fuga do escravo, se diz quando e de quem fugiu, dá-se a localização exata do lugar da fuga, a segunda que apresenta a descrição do escravo, e, a terceira, na qual se realiza uma promessa, a promessa de gratificar àquele que o devolver ao dono.

Desse modo, dividimos os anúncios, para a análise, em: a “anúnciação” propriamente dita na qual se anuncia o acontecimento em si; a “descrição”, onde cada dono de escravos informa, descreve, aquilo que lhe parece relevante para a identificação do escravo fugido; e a “promessa” na qual se oferece uma recompensa àquele que o achar.

Ao analisar o funcionamento enunciativo-discursivo dos anúncios, observamos que essas divisões estão configuradas de modo complexo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise do nosso corpus confirmamos nossa idéia inicial, a de que é no discurso do senhor de escravos, publicado nos anúncios de fuga, que aparece uma imagem pública individualizada e singular do escravo. Nossa pergunta foi, que significa essa aparição? Através das descrições que aparecem nos anúncios, observamos que o escravo se constitui como indivíduo singular dentro da sociedade, com características próprias, um sistema de relações sociais, lugares por onde circula, modos de falar.

Os anúncios surgem como reação a um gesto, o gesto do escravo que foge e que provoca a escrita a respeito dele. Essa constituição é dada pelo dono que o descreve, utilizando determinadas estruturas. Embora a vida do escravo esteja regulamentada pelo senhor e pela lei, através dos códigos de postura, o escravo foge. Reduzido ao silêncio político, o escravo significa através de outros atos simbólicos, sendo a fuga um deles. Essa fuga é um gesto que se inscreve no simbólico,

provocando uma escrita que lhe dá corpo, que o in-corpora. Assim, o gesto de fuga força processos de singularização que fazem sua entrada no simbólico através da escrita, dando ao escravo visibilidade social enquanto ser único.

Através da análise dos anúncios, percebemos uma contradição. Embora o escravo seja tratado no início do anúncio como um objeto, propriedade do autor do anúncio, ele será constituído, no mesmo acontecimento enunciativo, como sujeito.

Desse modo, o verbo utilizado nos anúncios cumpre um papel fundamental nessa constituição. Ele é um verbo que, de acordo com os Dicionários da época, que mostram o bem dizer da sociedade, o como se diz da mesma, é utilizado, especificamente, para caracterizar dois tipos de agentes, o escravo e o prisioneiro. O verbo, pela frequência do seu uso, constitui-se como indício do processo em curso na sociedade da época. Esse consiste no reordenamento da ordem social, na qual o escravo terá uma posição de sujeito da mesma.

A peculiaridade do verbo nos leva, também, a re-pensar o conceito de Determinação. A determinação, como processo de formação da referência, é tradicionalmente circunscrita ao Sintagma Nominal. Observamos que, dadas as características sintáticas do verbo, esse processo sintático-semântico-discursivo se inicia nele. Desse modo, somos levados a pensar que a determinação age no enunciado global e linearmente.

O escravo tem um nome próprio que o individualiza. Essa individualização se dá através de uma localização (o lugar que ocupa numa série dado, dentre outros, pelo número de matrícula) que o distribui e faz circular por um sistema de relações (Foucault 1976). Poulantzas (1985) diz que o quadro material que induz a individualização consiste na organização do espaço-tempo. Ele afirma que a individualização é

*um espaço esquadrihado, segmentarizado e celular onde cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma parcela ( indivíduo) mas que deve apresentar-se como homogêneo e uniforme. (op.cit72)*

O escravo tem um lugar específico, a fazenda de X, os lugares permitidos para circular, além disso, tem nome próprio para individualizá-lo no espaço e tem tempos nos quais deve se movimentar. Quando ele foge, rompe com esse quadro e provoca um desarranjo. A individualização torna-se insuficiente para sua localização e surge a necessidade de descrevê-lo, de singularizá-lo.

O fato de ser nomeado também o constrói como sujeito. Mas essa posição de sujeito será não somente constituída a partir do uso do verbo e do nome, como também produzida discursivamente, com maior ênfase, na descrição do escravo. Nela se lhe outorga o estatuto de indivíduo singular, com características próprias e únicas, marcas de identidade pessoal que o diferenciam dos outros indivíduos da sociedade. Nela surgirão as relações que ele estabelece com outros membros da

sociedade, os lugares por onde circula diferentes daqueles que o discurso da lei e do dono manifestam como válidos.

Percebemos, portanto, que agem na enunciação sobre o escravo, dada pelo anúncio de fuga, dois processos discursivos distintos que se complementam: o de individualização e o de singularização.

Através da individualização o escravo é nomeado. São dados o nome, o lugar de onde partiu e o nome do dono. Essas informações, que contribuem para sua individualização, resultam insuficientes para achá-lo. Só é dado o nome que o constitui como sujeito interpelado pela igreja e pelo estado. Só temos a informação do lugar que ocupa numa série, porém, não temos informações sobre como ele se constitui como sujeito singular.

A singularização está dada pela descrição particular feita de um determinado escravo. Ela comporta adjetivos e faz referência às relações que ele estabelece com outros indivíduos, a lugares por onde ele circula, a modos particulares de agir e de falar que constituem o escravo como sujeito historicamente determinado.

Desse modo, faz-se evidente a contradição que existe nos anúncios. Há uma enunciação sobre o escravo que, discursivamente, o constitui como objeto de um sistema e como sujeito historicamente determinado, no mesmo acontecimento enunciativo, na materialidade do anúncio de fuga.

## **BIBLIOGRAFIA**

- DUCROT, O. (1984). "Referente". *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FARIA, E. (1859). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, Rio de Janeiro.
- FREGUE, G. (1892). "Sobre Sentido e referencia". In: *Estudios Sobre Semántica*. Madrid Ed. Orbis, Hyspanérica.
- FOUCAULT, M. (1976). *Vigilar y Castigar*. Argentina Ed. Siglo Veintiuno.
- GRANATIC, B. (1995). *Técnicas Básicas de Redação*. Ed. Scipione, S.P.
- GUIMARÃES, E. (1995). *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Ed. Pontes.
- \_\_\_\_\_. (1999). "Um Mapa e suas Ruas". Texto de Circulação Interna. Labeurb.
- \_\_\_\_\_. (2000). "Sentido e Acontecimento. Um Estudo do Nome Próprio de Pessoa" *Revista Gragoatá*, UFF, no prelo.
- HENRY, P. (1992). *A Ferramenta Imperfeita*. Campinas Ed. UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1990). "Construções Relativas e Articulações Discursivas" In: *Cadernos de Estudos Linguísticos* jul./dez. Campinas.
- INDURSKY, F. (1997). *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, Ed. Unicamp.

- PECHEUX, M. (1997). *Semântica e Discurso*. Campinas Ed. UNICAMP.
- POULANTZAS, N. (1985). "A individualização" In: *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Ed. Graal.
- SEARLE, J. (1981). *Os Actos de Fala*. Coimbra Livraria Almedina.
- ORLANDI, E. (1988). *Discurso e Leitura*. São.Paulo Ed. Cortez/Ed. UNICAMP.
- RANCIÈRE, J. (1999). "O Dissenso" In: Moraes Adauto, *A Crítica da razão*. Ed. Cia das Letras, Brasil.
- ZATTAR, N.M. (2000). *Os sentidos de liberdade dos escravos na constituição do sujeito de enunciação sustentada pelo instrumento da alforria*. Tese de Mestrado IEL Unicamp, Campinas.
- ZOPPI FONTANA, M. (1997b). *Cidadãos Modernos. Discurso e representação política*. Campinas, Editora da UNICAMP.